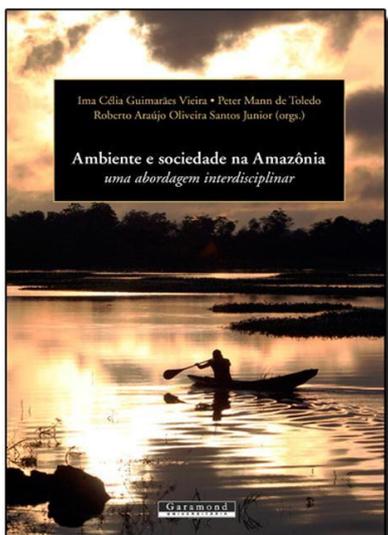


VIEIRA, Ima Célia Guimarães; TOLEDO, Peter Mann de; SANTOS JR, Roberto Araújo Oliveira (Orgs.). **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 498p.

Jondison Cardoso Rodrigues
Doutorando em Desenvolvimento Sustentável – UFPA/PA
jondisoncardosorodrigues@yahoo.com.br



O livro reúne, entre brasileiros e estrangeiros, 37 autores, com um total de 18 capítulos, cujo esforço é fornecer temas e discussões sobre a Amazônia, a partir de experiências de ensino e pesquisa. Os capítulos como todo objetivam apresentar práticas e vivências interdisciplinares, a fim de contribuir para a formação não tão somente de pós-graduandos na área Ciências Ambientais e pesquisadores que se interessam pela Amazônia, mas também graduandos, membros do poder público, movimentos sociais e ONG's, uma vez que o leitor encontrará instrumentais teórico-metodológicos para uma visão sistêmica e interdisciplinar sobre os “problemas ambientais” da Amazônia.

A interdisciplinaridade transparecida no livro advém, sobretudo, das formações iniciais dos pesquisadores: Ecologia, Biologia, Antropologia, Agronomia, Geografia, Ciência da Computação, Sociologia, Matemática, Engenharia Química, Farmácia, Meteorologia, Engenharia Ambiental e Civil, Administração e Comunicação Social, História.

Os autores apresentam e discutem no livro sobre: (1) Interdisciplinaridade, práticas e métodos de pesquisa; (2) experiências e os desafios enfrentados por projetos e programas de pesquisa na região; (3) compreensão de questões como o desmatamento e suas causas; (4) a relação entre os usos florestais e os meios rurais de subsistência e agroecologia; (5) as dinâmicas associadas às mudanças de usos da terra e cobertura vegetal e ambientalização do território; e, (6) cenários climatológicos e indicadores e índices de sustentabilidade.

Esses tópicos estão divididos em três seções: Interdisciplinaridade: vertentes do debate em teoria e método; As medidas da sustentabilidade e os desafios de produção de cenários; e, Experiências e aplicações de uma abordagem interdisciplinar nos estudos sobre Amazônia.

Essas seções estão distribuídas segundo os seus capítulos (Quadro 1):

Quadro 1: Capítulos e seção que estão incluídos no livro “Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar”¹

Nome do capítulo do livro	Seção
Interdisciplinaridade: aspectos teóricos e questões práticas	Interdisciplinaridade: vertentes do debate em teoria e método
Pesquisa interdisciplinar em estudos ambientais	
Notas sobre o dualismo sociedade/natureza e o papel das ciências sociais na questão ambiental	
Para quem fala a Ciência? Limites e possibilidades da interface entre ciência e política	
Teoria ecológica e a interdisciplinaridade em estudos ambientais	
Abordagens teóricas e metodológicas para o estudo de mudança de usos da terra	
Ambiente e sociedade na Amazônia: uma análise através dos cronistas-naturalistas	
O desafio de medir a sustentabilidade na Amazônia: os principais indicadores mundiais e a sua aplicabilidade ao contexto amazônico	As medidas da sustentabilidade e os desafios de produção de cenários
Índice de Sustentabilidade para Amazônia (ISA): Modelo de monitoramento da sustentabilidade a partir de indicadores e critérios de análise	
Cenários e modelos de desmatamento para Amazônia	
Cenários e usos da Terra na Amazônia	
Climatologia, variabilidade e tendências do clima atual	
Biodiversidade e unidades de conservação na Amazônia brasileira	Experiências e aplicações de uma abordagem interdisciplinar nos estudos sobre Amazônia
Ecologia humana, saúde e nutrição na Amazônia	
Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para agricultura na Amazônia	
Pesquisas científicas em colaboração com os povos indígenas: uma tradição de diálogos e inovações metodológicas no Museu Goeldi	
Avaliação da sustentabilidade social e ecológica dos usos da terra na Amazônia em múltiplas escalas: Rede Amazônia Sustentável	
Ambientalização do território na Amazônia brasileira e a gestão ambiental	

Desses capítulos de livros, três se destacam (dispersos nas três seções), não porque estão melhores escritos e/ou pela proximidade e interesse de temáticas do resenhista, mas trazerem elementos reflexivos concernentes ao repensar epistemologicamente as práticas e as metodologias de pesquisa na e para Amazônia. Transcende o pensar e recortar o local para traduzir e interpretar os fenômenos socioambientais, para a interação espaço-temporal das escalas local, regional e global.

O capítulo “Interdisciplinaridade: aspectos teóricos e questões práticas” é um dos que se destacam (centra-se na dimensão de ensino). “Apresenta” questões e reflexões sobre

¹ A inserção desse quadro (que, aliás, não é comum em resenhas) não é de forma alguma uma fuga de realização de uma resenha cuidadosa, detalhada e minuciosa do livro. Ela se deve ao fato de representar uma estratégia de mostrar, didaticamente, as temáticas e suas distribuições em termos das seções do livro, sobretudo porque os leitores buscam ou adquirem livros de acordo com as temáticas.

abordagens interdisciplinares, por meio de estudos ambientais aplicados a Amazônia, com a tentativa de apontar pontos de preocupação nas pesquisas que envolvem a união de diferentes disciplinas.

Outro capítulo de destaque é “Cenários e modelos de desmatamento para Amazônia” (centra-se na dimensão de pesquisa). Nele, há uma revisão teórica sobre abordagens de cenários, tipologias analíticas e modelos desenvolvidos para a Amazônia, buscando associar as abordagens empregadas aos resultados obtidos. Além disso, discute-se como os fatores regionais, nacionais e globais são considerados, sob diferentes abordagens; ferramentas para contribuir no entendimento das dinâmicas socioeconômicas e política da Amazônia atuais, no que se refere à questão do desmatamento. Em síntese, a inquietude desse capítulo, com uso da abordagem interdisciplinar, está no fato de que:

[...] é importante ressaltar o papel da adequação das escalas temporais e espaciais no tratamento dos problemas ambientais amazônicos, bem como salientar a importância da escala para traçar cenários futuros mais pertinentes para avaliação de determinados tipos de ações antrópicas ou de impactos de mudanças globais na região (p.15).

Por fim, o terceiro capítulo de destaque é “Pesquisas científicas em colaboração com os povos indígenas: uma tradição de diálogos e inovações metodológicas no Museu Goeldi”. Nele, observa-se que a dimensão analisada se pauta a partir de uma experiência de pesquisa. O capítulo tem por objetivo analisar as propostas inovadoras que surgem dos diálogos entre pesquisadores, comunidades e representantes dos povos indígenas, particularmente entre os Ka’apor e os Mebêngôrekre-Kayapó. Além disso, mostra os alcances epistêmicos dessas abordagens para a consolidação de posições éticas na pesquisa. Posições essas que deveriam favorecer a formulação de políticas de desenvolvimento social baseadas na autogestão dos povos.

A grande contribuição desse capítulo é incentivar pesquisas colaborativas entre universidade ou institutos de pesquisas e povos indígenas, já que os estudos são um tanto quanto incomuns sobre essa perspectiva na Amazônia e também em outras partes do mundo. Outro grande aporte aos estudos ambientais desse capítulo encontra-se na demonstração de que os povos indígenas e populações tradicionais possuem conhecimento, um sistema de conhecimento robusto, sua Ciência, que não são superiores e nem inferiores ao conhecimento científico ocidental. Os autores questionam o modelo de pensamento perverso atual, baseado ou construído “*mediante la implementación de mecanismos jurídicos y disciplinarios, intente civilizar al colonizado a través de su completa occidentalización*” (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p.153).

Todas essas temáticas, tópicos e dimensões reflexivas sintéticas percorridas acima são elementos ou contribuições da obra para o melhor conhecimento dos temas tratados e a recomendação para leitores potenciais. No entanto, a resenha se perfaz não apenas pela apresentação de aspectos positivos, mas também de negativos, e que preferimos, chamar de “pontos de fragilidade” (problemas e limitações), já que estamos falando de Ciência, um conhecimento que possui certezas provisórias (PRIGOGINE, 1996) e que busca outra verdade (certeza) (BACHELARD, 1996). Portanto, a Ciência, pauta-se também na busca incessante em não aceitar como verdade inquestionável o conhecimento gerado. Busca essa que se faz a partir de um posicionamento crítico. Segundo Foucault (1990), a crítica perpassa pelo questionamento daquilo que uma autoridade diz ser verdadeira, ou, ao menos, é não aceitar essa verdade senão se considera, por si mesmo, boas razões para isso.

Não temos dúvidas de que “o Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia” (CASTRO, 2008), quando, por exemplo, a Amazônia é descrita, discutida e representada no mundo inteiro como uma associação direta da região com os rios e o verde/floresta, quando não se faz uma dicotomia de um “antigo” e um “moderno” (ACEVEDO; CHAVES, 1996). Certamente é uma construção simbólica, política, histórica e socioeconômica da Amazônia, imaginário (do e de colonizador) idílico de riqueza de riquezas naturais, do celeiro do mundo, de matas e tesouros infindáveis, de um “El Dorado” a ser conquistado (CASTRO, 2010).

Esse “erro”² (BACHELARD, 1996), muitas das vezes fortalecidos pela academia, como por exemplo, nesse livro resenhado, que expõe uma Amazônia homogênea, linear e evolucionista (física, biológica, socioeconômica e histórica)³, sobretudo na separabilidade da biodiversidade da dimensão social. Um exemplo emblemático disso é a associação direta da região amazônica com os rios e o verde/floresta é expresso em dois capítulos do livro,

² O erro está aqui pautado na compreensão Bachelardiana, na dialética erro-verdade/certeza, cujo progresso científico ocorre no sentido de um racionalismo crescente, de um afastamento gradativo dos erros, no entanto considerando papel imprescindível do erro no processo de construção de conhecimento. O erro é apresentado como um elemento ou uma etapa a ser atravessada, uma condição necessária ao desenvolvimento cognitivo individual e coletivo.

³ O trabalho de Ab’saber (2002) mostra que a Amazônia não é homogênea nem ecossistemicamente. Segundo Ab’saber (2002, p.7): “O fato de a região ter sido apresentada sempre como o império das florestas equatoriais, de disposição zonal, acarretou distorções sérias nos estudos dos ecossistemas regionais. É certo que, em termos do espaço total amazônico, predominam esmagadoramente os ecossistemas de florestas dotadas de alta biodiversidade”, no entanto, é múltipla ecossistemicamente. Por exemplo, “ocorrem diversos ecossistemas diferenciados na região de Manaus: *matas baixas*, das anavilhanas; *igapós* a partir dos diques marginais engastados na beira alteada rio Negro; *buritizais* e *buritiramas* e outras palmáceas em faixas deprimidas dos tabuleiros regionais; *campinas* e *campivaranas* em terraços de areia branca ou manchas arenosas mal pedogenizadas de interflúvios; e, por fim extensas *florestas biodiversas* de ‘terra firme’” (AB’SABER, 2002, p.9). Para saber de forma integral da maioria dos ecossistemas amazônicos indicamos Ab’saber (2002).

“Cenários e Usos da Terra na Amazônia” e “Avaliação da sustentabilidade social e ecológica dos usos da terra na Amazônia e múltiplas paisagens: Rede Amazônia Sustentável”, dispostos, respectivamente, logo abaixo:

[...] No Brasil, a região amazônica cobre cerca de 45% da área total do país, contendo grande diversidade de recursos naturais, entre os quais madeira, minerais, potencial hidrelétrico, fármacos naturais etc. Suas florestas prestam inúmeros serviços ambientais, como a regulação hidrológica, e detém uma das mais ricas diversidades de espécies do planeta e enorme estoque de carbono acima e abaixo do solo (p.279).

A Amazônia representa um dos maiores desafios ligados a sustentabilidade; de um lado, é a maior floresta tropical remanescente do mundo; de outro lado, abriga mais 30 milhões de pessoas (p.436).

Essa perspectiva de Amazônia é também expressa nos capítulos “O desafio de medir a sustentabilidade na Amazônia: os principais indicadores mundiais e a sua aplicabilidade ao contexto amazônico”; “Índice de Sustentabilidade para Amazônia (ISA): modelo de monitoramento da sustentabilidade a partir de indicadores e critérios de análise”; “Biodiversidade e Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira”; e “Avaliação da sustentabilidade social e ecológica dos usos da terra na Amazônia e múltiplas paisagens: Rede Amazônia Sustentável”. Capítulos esses que objetivam, respectivamente:

- (1) Examinar e discutir dez indicadores e suas adequações e adaptação nos estudos sobre a Amazônia;
- (2) Apresentar um Índice de Sustentabilidade para Amazônia, o qual permitiria o monitoramento, a partir de conjunto de indicadores e critérios de análise, com base no Plano Amazônia Sustentável (PAS), conseqüentemente contribuindo para implementação de políticas públicas e a redefinição do PAS;
- (3) Argumentar como a criação de unidades de conservação é uma estratégia principal para minimizar a perda da biodiversidade; além disso, apontar princípios que norteiam as escolha de áreas para conservação; e,
- (4) Apresentar o trabalho da Rede Amazônia Sustentável (RAS), uma iniciativa de 30 instituições de pesquisa e organizações parceiras. Apresentando, também, os pressupostos conceituais e metodológicos da RAS, discutindo desafios fundamentais que confrontam sobre sustentabilidade do uso da terra nos trópicos, em particular, na Amazônia.

Essas dimensões homogeneizantes que perpassam a pesquisa e dimensão analíticas de visualização da Amazônia, que perpassam a pesquisa, nos capítulos acima, são também corroboradas na capa do livro, cujas categorias de percepção aparecem homólogas às

estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas: na capa do livro há um homem em uma canoa, sobre o rio e ao entorno da floresta, do verde.

Segundo Castro (2008) essa associação é um problema que:

[...] incorreu no erro de se pensar a Amazônia simplesmente pelo verde, que é pensar a Amazônia apenas como meio ambiente. Essa é uma forma de invisibilizar ainda mais as dinâmicas sociais, culturais, étnicas das sociedades que vivem aqui há milênios, que construíram sistemas de conhecimento, que construíram formas e modelos de sobrevivência autênticos e originais [...] (CASTRO, 2008, p.189).

O interessante é que esse “erro” não atravessa todas as análises, isto é, os 18 capítulos, mas isso talvez ocorra por duas razões. Na primeira, há uma busca incessante, a nosso ver, da academia e, particularmente, pela “Ciência Amazônica”, de modo geral, por uma institucionalização ou constituição de modelos de pesquisas⁴, um método epistêmico amazônico conduzido por amazônicos, com recorte de pesquisa e problema de pesquisa que cartesianizam a Ciência e fortalecem a dimensão de associação da Amazônia com o verde, a floresta e os rios. A segunda razão se dá pelo jogo das definições prévias, deduções superficiais jornalísticas e marcas simbólicas que são padronizadas por editoras de livros, como mecanismos sociais da circulação internacional dessas ideias, ou, principalmente, para a venda de livros (BOURDIEU; WACQUANT, 2002).

Outro “ponto de fragilidade” relaciona-se à questão estilística da obra. O que pode ser percebido quando o livro não deixa claro que as práticas, reflexões e metodologias interdisciplinares se pautam em práticas que têm como tema gerador⁵ as mudanças de usos da terra e a interação solo-clima. Essa falta de clareza pode causar confusões nos leitores, como, por exemplo, no entendimento de que o livro é múltiplo e possui experiências de diversas ordens metodológicas, pedagógicas e disciplinares. Acompanhado desse ponto de fragilidade, cabe pontuar a respeito da interdisciplinaridade e refletir sobre suas práticas, já que

[...] há uma repetição sistemática do discurso da interdisciplinaridade, no entanto pautados somente na articulação das ciências; nos intercâmbios teóricos e metodológicos; e, no fomento pensamentos abertos que possam trazer soluções novas para os temas de fronteiras (ou problemas híbridos). [...] Essa dimensão de ver a interdisciplinaridade acaba ou acabou esquecendo o principal, a ação integradora do conhecimento, por meio da transformação dos pensamentos e da

⁴ A institucionalização ou a constituição de modelos de pesquisas, expressos acima, são destacadas, particularmente em cinco capítulos: Cenários e Usos da Terra na Amazônia; Climatologia, variabilidade e tendências do clima atual na Amazônia e em cenários futuros de mudanças climáticas; Cenários e modelos de desmatamento para a Amazônia; O desafio de medir a sustentabilidade na Amazônia: os principais indicadores mundiais e a sua aplicabilidade ao contexto amazônico e Índice de Sustentabilidade para Amazônia (ISA): Modelo de monitoramento da sustentabilidade a partir de indicadores e critérios de análise.

⁵ Temas geradores que, segundo Paulo Freire, seriam: “esses temas se chamam geradores porque, qualquer que seja a natureza de sua compreensão como a ação por eles provocada, contêm em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas” (FREIRE, 1982, p.110).

apreensão dos novos conhecimentos nos seus manuscritos e na sua práxis [...] (RODRIGUES, 2014, p.408).

Outros dois pontos críticos observados no livro referem-se ao silenciamento do debate sobre Economia Verde e o Estado como o responsável, por exemplo, pelo desmatamento em larga escala na Amazônia.

Ao longo do livro há um silenciamento do debate sobre Economia Verde e o processo conduzido por ele, a da financeirização da natureza, por via de serviços ecossistêmicos/ambientais, REDD's, e sequestro de carbono. A compreensão da Economia Verde é a busca incansável pela realização, a valoração e contabilização econômica, não somente das perdas naturais em caso de degradação, mas a partir da criação do valor atribuído a algo que não é mercadoria, mas que precisa ser, a natureza; tudo isso acompanhado da liberalização do comércio mundial de bens e serviços ambientais (ALMEIDA, 2012)⁶. Cabe assinalar que esses temas atravessam a abordagem da ecologia ou diversas pesquisas de Ecologia (VIEIRA, 2014), e são discutidos nesse livro resenhado.

Outra fragilidade observada é a maneira até reducionista (senso comum) de pensar o Estado, como o responsável, por exemplo, do desmatamento em larga escala na Amazônia. O desmatamento na Amazônia se expressa historicamente e, hoje, “também”, pelos estímulos do Estado ao processo de expansão da fronteira econômica e agrícola, com o objetivo de ampliar mercado interno e conexão da Amazônia ao processo de mundialização de trocas comerciais.

Contemporaneamente as dinâmicas econômicas e políticas são muito complexas, devido à participação e interesses (diferentes) de diversos agentes (CASTRO, 2007). Por isso, é preciso pensar que a questão do desmatamento não se explica somente pela perspectiva histórica, pois está imersa em um sistema de percepções e práticas sociais, um *habitus*⁷ (BOURDIEU, 1997) que se expressa no conjunto de atividades relacionais, as quais estão dispostas em uma teia de relações de poderes político, simbólico e econômico.

⁶ “‘Iniciativa Economia Verde’, numa perspectiva de análise teórica, é uma reiteração de “velhas ideias”; não é propriamente um novo conceito, mas sim a proposta de um conjunto de instrumentos para o alcance do desenvolvimento sustentável. Uma novidade importante dessa iniciativa é a defesa do ativismo de políticas de indução às mudanças tecnológicas ambientais, o que revela sua aproximação com a economia evolucionária” (ALMEIDA, 2012, p.103). “[...] A “iniciativa Economia Verde” foi lançada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA - United Nations Environment Programme, Unep) bem em meio à eclosão da crise financeira no segundo semestre de 2008, com um forte apelo a um novo paradigma para a retomada do crescimento da economia mundial: “Mobilizar e reorientar a economia global para investimentos em tecnologias limpas e infra-estrutura ‘natural’, como as florestas e solos, é a melhor aposta para o crescimento efetivo, o combate às mudanças climáticas e a promoção de um *boom* de emprego no século 21” (ALMEIDA, 2012, p.93).

⁷ *Habitus* é um sistema de (de disposições adquiridos) esquemas de percepção, apreciação e ação fundados no mapeamento, reconhecimento e incorporação de estímulos condicionais e convencionais que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, re-produzindo relações sociais objetivas, formando esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão (BOURDIEU, 1997).

Essas relações de poder, na realidade social atual, são compostas por uma diversidade de lógicas e de racionalidades que muitas vezes se chocam, por exemplo, a indústria farmacêutica e o mercado madeireiro, empreiteiras, Estado e “posseiros” disputando um território. Portanto, “[...] o que está em jogo não é o território em si, espaço físico apropriado ou pretendido, mas a territorialidade enquanto exercício de um domínio que se realiza ou se projeta pelas relações políticas” (CASTRO, 1999, p.37).

Junto com a pecuária e do plantio de grãos há também outras atividades “responsáveis” pelo desmatamento da floresta da Amazônia, com ou sem anuência do Estado, como madeiras, fazendeiros-especuladores, garimpos, extrativismo mineral e grandes empreendimentos de infraestrutura, hidrelétricas e logística (transportes e portos).

A recomendação da leitura do livro não está em confirmar os tópicos e as críticas discorridos aqui, mas ser um elemento reflexivo crítico construtivo de pensar ou repensar todos os sistemas de percepções, compreensões e dinâmicas socioambientais e abordagens interdisciplinares, a partir mudanças de usos da terra e interação solo-clima.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, Aziz N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v.16, n.4, p.7-30, 2002.

ACEVEDO, Rosa; CHAVES, Ernani P. Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia. **Papers do NAEA**, n.56, p.1-9, 1996.

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. **Estudos Avançados**, v.26, n.74, p.93-103, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razones prácticas** - sobre la teoria de la acción. Barcelona: Anagrama, 1997.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. **Estudos Afro-Asiáticos**, v.24, n.1, p.15-33, 2002.

CASTRO, Edna Maria Ramos. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v.2, n.1, p. 31-50, 1999.

CASTRO, Edna Maria Ramos. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n.2, p.105-126, 2007.

CASTRO, Edna Maria Ramos. “O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia”. **Somanlu**, v.8, n.1, p.185-191, 2008.

CASTRO, Edna Maria Ramos. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Org.). **Amazônia** - Região Universal e Teatro do Mundo. São Paulo: Globo, 2010. p.105-122.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, Edgardo. (Compilador). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000. p.145-161.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*. **Bulletin de la Société française de philosophie**, v.82, n.2, p.35-63, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PROGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo: UNESP, 1996.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. O papel da educação ambiental e dos intelectuais desse campo no Brasil: notas iniciais de uma discussão. **Gaia Scientia (UFPB)**, v.8, p.399-414, 2014.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Teoria ecológica e a interdisciplinaridade em estudos ambientais. In: VIEIRA, IMA Célia Guimarães; TOLEDO, Peter Mann de; ARAÚJO, Roberto (Orgs.). **Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p.125-147.

Recebido para publicação em 08/04/2015

Aceito para publicação em 20/06/2015